



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

**Campo Grande – MS
2022**

-Aprovado pela Deliberação CE-CEPE-UEMS Nº 366, de 14 de julho de 2022.
- Homologado, com alterações, pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.458, de 30 de agosto de 2022.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	03
2. COMISSÃO.....	04
3. INTRODUÇÃO.....	04
4. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	06
4.1 Objetivo geral.....	08
4.2 Objetivos específicos.....	08
4.3 Perfil do egresso.....	09
4.4 Competências e Habilidades.....	12
4.5 Sistemas de Avaliação.....	12
4.6 Avaliação Institucional.....	13
4.7 Avaliação de curso.....	13
4.7.1 Avaliação Interna.....	13
4.7.2 Avaliação Externa.....	14
4.8 Avaliação da Aprendizagem.....	14
4.9 Avaliação do Projeto Pedagógico.....	16
4.10 Integração entre teoria e prática.....	17
4.11 Inclusão, diversidade e formação acadêmica.....	18
5. RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	23
5.1 Atividades de Ensino.....	25
5.2 Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e Pesquisa.....	25
5.3 Atividades Acadêmicas de Extensão e Cultura.....	25
6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	27
6.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.....	29
6.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.....	30
7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	30
8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	31
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	32
9.1 Matriz curricular.....	33
9.2 Temas Contemporâneos na Gestão Pública.....	36
10. Plano de implantação do currículo.....	37
11. EMENTÁRIO.....	37
12. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG.....	72
12.1 Legislação Geral.....	72
12.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS.....	72
12.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação.....	72
12.4 Atos legais inerentes aos cursos de Graduação da UEMS.....	73
12.5 Legislação Federal sobre os cursos de Administração.....	74
REFERÊNCIAS.....	74

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Curso: Administração Pública, Bacharelado

1.2 Modalidade: Bacharelado

1.3 Habilitação: Bacharel em Administração Pública

1.4 Turno de Funcionamento: Noturno

1.5 Local de Oferta: Unidade de Ensino de Campo Grande (Moreninhas).

1.6 Número de Vagas: Serão ofertadas 35 vagas anuais

1.7 Regime de Oferta: Presencial

1.8 Forma de Organização: Seriado anual

1.9 Período de duração: 4 anos

1.10 Período de Integralização: máximo de 7 anos.

1.11 Total da Carga Horária: 3.005 horas

1.12 Tipo de Ingresso: Processo seletivo vigente da UEMS

.

2. COMISSÃO

A comissão para estruturação de Projeto Político Pedagógico do Curso Administração Pública, bacharelado, constituído por meio da Portaria PROE-UEMS N. 97 de 31 DE MAIO DE 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 10.847, em 1 de junho de 2022, p. 136 e 137, teve por responsabilidade a elaboração do Projeto Pedagógico para oferta do curso em 2023. A comissão é formada pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Miguel Ângelo Batista dos Santos (Presidente)

Prof. Dr. Carlos Otávio Zamberlan

Profa. Dra. Giuliana Mendonça de Faria

Profa. Ma. Jorceli de Barros Chaparro

Profa. Ma. Noellen Silva Amorin Feuser

3. INTRODUÇÃO

A Administração Pública é uma atividade desenvolvida pelo Estado com o propósito de atender os direitos e interesses coletivos dos cidadãos. Possui uma relação direta com o desenvolvimento socioeconômico e envolve o preparo profissional dos diferentes atores envolvidos.

Em decorrência da evolução da Administração Pública há necessidade de fomentar a formação de profissionais capacitados para atuarem de forma eficiente no setor público, por meio do aprimoramento dos conhecimentos e aperfeiçoamento de habilidades, atitudes e de boas práticas, com visão holística das ações administrativas e de políticas governamentais.

A qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de formação, capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea, também através da oferta de cursos de graduação.

Segundo levantamento do Atlas do Estado Brasileiro - IPEA, o número de servidores públicos em Mato Grosso do Sul cresceu consideravelmente, registrando em 2019, aproximadamente 227 mil vínculos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A capital do estado, Campo Grande, de acordo com o Portal da Transparência (2022), registra cerca de 35 a 40 mil servidores públicos residentes ativos nas três esferas. Além disto, os principais órgãos públicos e suas entidades administrativas do Poder Executivo estão sediados na capital do estado.

No entanto, há uma carência de formação para os atuais e futuros servidores públicos, que tenha ênfase na Administração Pública e que visa contribuir especificamente com a qualidade dos serviços públicos.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul já oferta o curso de graduação Bacharelado em Administração Pública, porém, na modalidade de ensino à distância, desde 2011, em oferecimento único, financiado pela CAPES e em polos Universidade Aberta do Brasil (UAB) distribuídos por diversos municípios do interior do estado.

O curso já formou turmas nos municípios de Água Clara, Miranda, Bela Vista, Camapuã, Aparecida do Taboado, Japorã e Paranhos. Atualmente o curso possui há turmas em andamento nos municípios de Rio Brillhante, Água Clara, Miranda, São Gabriel do Oeste e Bela Vista, sendo o polo de atendimento presencial mais próximo da capital o polo UAB de Rio Brillhante, distante 121 Km de Campo Grande. Apesar da distância, o curso tem despertado interesse de servidores que se deslocam da capital para os polos.

Além disto, diferentes órgãos da administração direta e indireta manifestaram apoio formal para a implantação do curso de bacharelado em Administração Pública, modalidade presencial, no município de Campo Grande, sendo eles: Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica do Estado de Mato Grosso do Sul - SEGOV, Prefeitura Municipal de Campo Grande, Conselho Regional de Administração-CRA, Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul - Assomasul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia - FUNDECT, Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul – ESCOLAGOV,

Diante do exposto, verifica-se uma demanda potencial e o apoio institucional favorável a implantação do curso de Graduação em Administração Pública presencial, de forma permanente em Campo Grande, pois beneficiará o estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo na formação qualificada de pessoas para atuar na gestão pública. Também beneficia o público de interesse da capital. e dos municípios do entorno de Campo Grande, como Sidrolândia, Terenos, Jaraguari, Bandeirantes, Corguinho, Rochedo, Rio Negro, além dos distritos de Anhanduí e

Rochedinho, perfazendo um total de 1.200.000 habitantes (Cidade-Brasil, 2022). Todas estas localidades estão distantes em torno de 100 Km de Campo Grande.

O curso de Administração Pública, Bacharelado, será oferecido na escola Estadual Waldemir Barros da Silva, no Bairro Moreninha I, em Campo Grande. Somente este bairro possui uma população de 60.000 mil moradores (Cidade-Brasil, 2020). Há outros bairros próximos circunvizinhos também populosos, como os bairros Alves Pereira, Centro Oeste, Los Angeles e Universitário.

Diante desta realidade, a UEMS cumprirá, junto à comunidade sul-mato-grossense sua função social na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, com um ensino gratuito, inclusivo e de qualidade, propiciando uma maior profissionalização e uma melhor atuação e produtividade que muito se espera da atual e nova geração de servidores públicos.

Neste sentido, em termos de desenvolvimento pela formação de atores públicos, é que se enquadra o objetivo principal do curso: formar profissionais com uma visão interdisciplinar e capacitados a desempenharem uma gestão eficiente de modo pró-ativo, democrático e ético, com raciocínio lógico, crítico e analítico, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltado para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico, cultural e sustentável.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que

possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos,

recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;

- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- I. técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- II. ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I. o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II. a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;
- III. a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

4.1 Objetivo geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

4.3 Perfil do egresso

O curso de Graduação em Administração Pública está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas

obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, às afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Graduação em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública e;
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

4.4 Competências e Habilidades

O curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VIII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

4.5 Sistemas de Avaliação

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de

decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

4.6 Avaliação Institucional

A CPA é responsável por coordenar, planejar, implantar e desenvolver ações voltadas à Autoavaliação Institucional da Universidade, conforme os princípios e diretrizes definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Desde sua instituição na UEMS, tem como princípios norteadores fundamentais a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social, e a consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais da Universidade.

4.7 Avaliação do curso

4.7.1 Avaliação Interna

A avaliação interna do curso de Administração Pública será realizada pelo CDE e pela Comissão de Autoavaliação do curso, bem como, pelas orientações e determinações vigentes nas normas da UEMS. O instrumento específico para avaliação é proposto pelo Colegiado do Curso, por meio de Comissão de Autoavaliação previamente constituída com base nas diretrizes para elaboração de relatório de autoavaliação de curso dos cursos de graduação da UEMS.

O referido instrumento avaliativo deve contemplar questões objetivas sobre a atuação docente, discente, coordenação de curso e secretaria acadêmica. Deve ainda aferir o processo de implementação do PPCG, as condições de trabalho e de infraestrutura para o funcionamento do curso (condições gerais, recursos audiovisuais, laboratórios), serviços de apoio e acervo de livros e periódicos específicos disponíveis na biblioteca, além do envolvimento do corpo docente, discente, profissionais técnicos do ensino superior e do coordenador do curso, com periodicidade anual.

O conjunto de informações obtidas, após o trabalho de análise e de interpretação do instrumento avaliativo, permitirá compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos e científicos, identificando possíveis fragilidades, potencialidades e possibilidades de mudanças. Os resultados da avaliação deverão constar em relatório que será analisado pelo Colegiado do Curso e divulgado entre a comunidade acadêmica para fins de tomada de decisão e ações de melhoria nas estruturas de ensino e aprendizagem de forma contínua.

4.7.2 Avaliação Externa

A avaliação externa é realizada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da atuação do CEE/MS, periodicamente e vinculada ao processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso. O processo avaliativo inclui as características do corpo docente e da coordenação, adequação de conteúdos à proposta curricular, infraestrutura física, técnica e administrativa, desempenho dos alunos, fluxo das disciplinas na grade curricular, contribuição do estágio na formação do aluno e percepção de professores e alunos sobre as condições do curso. Outro mecanismo de avaliação ocorre com a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), vinculado ao Ministério da Educação, atual instrumento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

4.8 Avaliação da Aprendizagem

Os sistemas de avaliação do ensino e da aprendizagem têm como finalidades básicas o pensar, a efetivação e a aplicação de instrumentos avaliativos permanentes, sendo dentro do curso um mecanismo verificador das ações propostas, com vistas à melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas, para concretizar o compromisso com o ensino e a aprendizagem.

O processo avaliativo considerará os diversos aspectos das múltiplas atividades necessárias à sua realização, procedendo uma análise do conjunto de pontos relevantes, partindo das prioridades definidas no âmbito Institucional, considerando os objetivos do curso, vocação, ensino, pesquisa, extensão, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, acompanhamento sistemático dos resultados, organização e infraestrutura física.

A avaliação deve ser vista como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e aferição dos resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Será realizado seguindo o que dispõe as normas internas em vigor, contemplando avaliações regulares, avaliação optativa e exame.

O curso adotará Regime Especial de Dependência (RED), previsto no Regimento Interno dos Cursos. Somente as disciplinas com prática de laboratório não poderão ser oferecidas em RED. A lista das disciplinas a serem oferecidas neste Regime será divulgada pelo coordenador do curso antes do início de cada período letivo.

A avaliação ensino-aprendizagem deve ser tratada de forma contínua, considerando sua importância na atividade humana e institucional.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do aluno serão regidas pelo Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e demais regulamentos internos decididos pelo colegiado de curso.

O aluno será avaliado durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o seu desenvolvimento da disciplina.

Nessas situações de avaliação, os professores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção do Aluno, seu

método de estudo, sua participação nas atividades se está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

4.9 Avaliação do Projeto Pedagógico

Ao início de cada ano letivo, considerando o ano anterior, o projeto pedagógico será avaliado com instrumento específico, elaborado pela Comissão de Auto Avaliação do Curso e referendado pelo Colegiado de curso.

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões, tendo como referências o presente e considerando-se as expectativas futuras.

O estabelecimento de objetivos a curto, médio e longo prazo norteará os esforços de projeção do curso, propondo a formulação de políticas de aperfeiçoamento e de revitalização, uma vez que surge como um processo estratégico para redefinir seu perfil.

Para que haja um aperfeiçoamento da estratégia, a avaliação é fundamental, pois, por meio desta é que se obtêm subsídios necessários para a formulação das ações pedagógicas ou administrativas, necessárias a esta finalidade, gerando um processo de reflexão, onde há necessidade de se assumir a responsabilidade efetiva da gestão acadêmica, compondo desta forma, um processo global que contemple todas as dimensões e sistemas na busca do constante autoconhecimento e reconstrução do curso.

Ao realizar atividades de avaliação do seu funcionamento, o curso deverá levar em conta seus objetivos e princípios orientadores, sua identidade e prioridades, reavaliando seu projeto pedagógico como um processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

Assim, será desenvolvida uma sistemática de trabalho visando a realização

de avaliação interna de forma continuada, junto aos acadêmicos, docentes e secretaria acadêmica, sendo oportunizado para que todos façam suas considerações, levantando-se aspectos positivos e negativos e sugerindo novas propostas de condução, quando for o caso. Com as informações obtidas será elaborado um relatório anual com síntese crítico construtiva que permita um aprimoramento dos trabalhos e que facilite que sejam alcançados os objetivos propostos no curso.

São instrumentos para a avaliação deste Projeto Pedagógico: formulários avaliativos compostos por itens de verificação direta que se propõem a avaliar o curso sob o prisma da percepção da comunidade acadêmica (docente e discente), de acordo com a RESOLUÇÃO CEPE-UEMS Nº336 de 5 de outubro de 2021 , que Estabelece Diretrizes para a Autoavaliação dos Cursos de Graduação. A aplicação efetiva dos formulários será feita referenciado sempre o semestre letivo anterior, e deverá ocorrer dentro de um clima de credibilidade, sendo as ações executadas pela Comissão de Auto Avaliação do Curso, conforme eleição anual. Os modelos dos formulários de avaliação seguirão as orientações vigentes;

O Comitê Docente Estruturante (CDE) tem como competência acompanhar, avaliar e verificar a necessidade de alterações/atualizações do Projeto Pedagógico, emitindo parecer, observando o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, podendo realizar atualizações pontuais, nas ementas e nas bibliografias das disciplinas, mediante a aprovação dos Conselhos Superiores.

4.10 Integração entre teoria e prática

A integração entre teoria e prática se dará através da participação dos alunos nas atividades curriculares de extensão, no desenvolvimento das pesquisas nos Trabalhos de Conclusão de Curso e em atuação em organizações públicas nos Estágio Curriculares Supervisionados Obrigatório.

A eficiência da integração entre a teoria e a prática profissional no processo ensino-aprendizagem é uma das bases mais sólidas na formação do Bacharel em Administração Pública. A bagagem teórica proporciona melhor desempenho na análise e interpretação dos fenômenos que ocorrem no mundo real e na vivência prática. Conseguir perceber a realidade a partir de um sistema cognitivo calcado em vivências e componentes teóricos induz a um desenvolvimento da criticidade e, por

consequente, do aprender.

As atividades de caráter prático serão ofertadas através de disciplinas curriculares com práticas em atividades de campo; de iniciação científica ou em atividades de monitoria em disciplinas, contemplando acadêmicos bolsistas ou voluntários. No âmbito externo, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório, representam atividades que podem integrar o aluno ao ambiente da prática profissional. Outras atividades podem subsidiar o aluno no campo profissional, tais como visitas técnicas, estudo de casos *in loco*, participação em congressos ou eventos técnicos/científicos.

A participação dos alunos nas atividades científicas desenvolvidas no ambiente da Universidade e fora dela, sob sua supervisão, possibilita o contato e a familiarização com equipamentos e processos típicos da vida profissional aperfeiçoando os conhecimentos adquiridos.

A percepção das limitações e especificidades dos modelos teóricos, em ambiente não controlado, é um aspecto significativo na formação do profissional em Administração Pública.

4.11 Inclusão, diversidade e formação acadêmica

A educação enquanto um dos direitos humanos, sociais e fundamentais garantido em documentos e ações normativas internacionais e nacionais se configura como um direito de todos inscrito na Constituição Federal brasileira (GOMES, 2008). Entretanto, a “garantia” de direitos no “texto da Lei” nem sempre se materializa em ações concretas das políticas públicas (PALUMBO, 1998), sendo que na Educação, em virtude de uma série de fatores histórico-sociais, nem todos conseguem ter acesso, gerando assim a exclusão na/da escola (FERRARO, 2004).

No enfrentamento da exclusão educacional, a sociedade civil organizada e o Estado brasileiro concentraram esforços em um processo de democratização da escola pública e na garantia do direito educacional a todos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Nesse processo, temas como acessibilidade e educação inclusiva são recorrentes e alvo de atenção especial por parte do Estado, sendo que “[...] a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” é um dos princípios do ensino brasileiro garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a UEMS, em acordo a legislação vigente, compreende a

acessibilidade como uma série de recursos materiais, pedagógicos e arquitetônico, bem como adaptações, equipamentos assistivos e atitudes que visam garantir o acesso aos bens culturais e patrimoniais para acadêmicos e funcionários desta Instituição, conforme expresso na Lei Federal n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a unidade tem acessibilidade assegurada por meio de rampas de acesso, banheiros, bebedouros e mobiliários adaptados. Além disso, contam com a disponibilização de plataformas digitais com dispositivos de acessibilidade áudio visual e o planejamento de tecnologias assistivas, sempre que necessário.

Além disso, a UEMS disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado-AEE de forma suplementar e ou complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

O desenvolvimento e acompanhamento do AEE, além dos princípios legais vigentes, é orientado por normativas internas aprovadas por seus Conselhos Superiores. Assim, quando necessário, o acadêmico com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, regularmente matriculados na UEMS, conta com um Plano Educacional Individualizado (PEI), elaborado a partir de estudos de caso realizados pela DID/PROE em conjunto com a coordenação de Curso, o corpo docente e a família.

Para fins de identificação das necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, deve ser apresentado à coordenadoria de curso e, posteriormente, encaminhados à DID/PROE, laudo médico e psicopedagógico, em que conste a deficiência e as necessidades básicas do acadêmico, na forma da Lei.

Aos alunos com altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas do Curso. A avaliação multidimensional será realizada por uma comissão definida pelo colegiado do Curso e contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE.

Aos alunos com graves deficiências, intelectual ou múltipla, terão a possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, por meio de flexibilização do período de integralização curricular e, sempre que possível, e sem prejuízo para o

acadêmico. Essa flexibilização será planejada em comum acordo com a família, a coordenação de curso, a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a Assessoria Jurídica e a PROE.

Enquanto que aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação impossibilitados de frequentar as aulas presenciais, em razão de problemas de saúde, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio, será garantido o AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial.

Os casos omissos serão definidos pela DID/PROE, em conjunto com a coordenação e professores do curso.

A UEMS é conhecida e reconhecida como uma instituição que prima por abraçar, desde sua fundação, a população marginalizada, geográfica, econômica e socialmente. O princípio da inclusão norteia os passos por ela tomados partindo da escolha da Sede Administrativa, a fim de atingir a formação de profissionais capazes de perceber e agir sobre suas realidades, alterando positivamente as configurações de seus entornos.

A Instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional, justo e democrático, para a produção do conhecimento e para a efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades do país. Além do sistema de cotas para ingresso de negros e indígenas, visando garantir o acesso de grupos considerados vulneráveis do ponto de vista étnico, racial, social e cultural, a Universidade, a partir da Deliberação CE/CEPE nº 312, de 30 de abril de 2020, possibilita, também, a normatização das questões referentes à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Partindo-se do conjunto dessas legislações e da necessidade de apresentar os conceitos norteadores para as práticas didático-metodológicas adotadas em todos os cursos de graduação da UEMS (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), na modalidade presencial ou a Distância, é preciso trazer, neste projeto pedagógico, como a instituição compreende a Educação Especial e a quem ela se destina. Desse modo, o Art. 2º da Deliberação CE/CEPE nº 312/2020 afirma que

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior.

De acordo com esse texto, O processo compreendido como Educação Especial compreende a garantia do acesso, da permanência, da progressão escolar e da terminalidade adequada ao aluno PCD (Pessoa Com Deficiência), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de trazer a esse público-alvo as garantias como : oferta de Atendimento Educacional Especializado (atendimento em ambiente domiciliar e hospitalar quando impossibilitado de frequentar a aula) ; plano educacional individualizado; terminalidade específica; possibilidade conclusão em maior tempo; avaliação multidimensional; estratégia de ensino específica e apoio por profissional capacitado, quando necessário, no acompanhamento de atividades de higiene, alimentação e locomoção.

O Colegiado de Curso, o Comitê Docente Estruturante, a Coordenação Pedagógica e os docentes do curso atuarão na identificação e na previsão do atendimento educacional especializado ao público da Educação Especial, considerando a interação com barreiras diversas que podem impedir e ou restringir a sua participação plena e efetiva na instituição de ensino e na sociedade.

Nesse sentido, em conformidade com a DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, o Curso atuará junto à Divisão de Inclusão e Diversidade – DID/PROE para o viabilizar, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos (art. 5º, II).

Além das garantias elencadas, reforça a visão da UEMS de “Ser Instituição pública, gratuita e de qualidade, pautada na inclusão social e nos princípios éticos e

morais, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul e do país”¹, quando preconiza, em seu Art. 13, que

A interface da Educação Especial na educação escolar indígena, do campo, quilombola, dentre outros grupos específicos, deve assegurar que os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado constem nos projetos pedagógicos de cursos.

Parágrafo único. As diferenças socioculturais e as especificidades dos grupos mencionados no caput devem ser consideradas quando da definição do AEE.

Uma vez que abarca e amplia o sistema de cotas trazendo-o, também, para o conjunto de ações que constituem o AEE em uma dimensão social e cultural, para além da complementação e/ou suplementação dos conhecimentos ofertados aos graduandos da UEMS, independentemente de gênero, idade, sexualidade e singularidades dos “demais grupos específicos” que constituem a comunidade universitária.

É nesse sentido que a oferta de disciplinas que primam pela inclusão e pela não discriminação como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, denotam, além das questões legais, uma postura institucional de reconhecimento da LIBRAS como língua oficial no Brasil e como meio de ampliação e garantia da cidadania a seus usuários no âmbito acadêmico e social, uma vez que a instituição confere ao graduando, por meio dessa postura inclusiva, uma estrutura que o impulsiona para a autonomia física e para o pertencimento.

Portanto, o sucesso do processo de inclusão é maior que a menção da legislação. Relaciona-se à estrutura organizacional da instituição, aos mecanismos e dispositivos ofertados para que alunos com deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e os demais discentes sejam capazes de, pela discussão das realidades de conteúdos transversais como “Relações humanas”, “Gênero e Sexualidade”, “Relações étnico-raciais”, “Educação para a diversidade étnico-racial e cultural”, acessem temáticas e conteúdos essenciais para a garantia de um ensino de qualidade para todos os alunos que necessitem de algum tipo de apoio, bem como a inserção de cidadãos que apresentem empatia junto à comunidade acadêmica e à

¹PPI UEMS 2021-2025, p. 26.

sociedade.

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

Nesse sentido, o curso oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores

5 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O projeto pedagógico contempla a integração de professores pesquisadores tradicionalmente envolvidos com a pesquisa em temas de administração pública em Mato Grosso do Sul com alunos que se interessam pelo mesmo tema ou são servidores públicos. A UEMS liderou, no ano de 2006, em parceria com diversas universidades, um curso de especialização em gestão pública que objetivou a formação de servidores públicos estaduais, bem como a proposição de soluções para problemas de gestão em seus respectivos postos de trabalho.

Os alunos poderão participar dos programas de iniciação científica no âmbito da pesquisa do ensino e da extensão disponíveis na UEMS. A implantação do curso permitirá a proposição de projetos integradores para estruturação de trabalhos de conclusão de curso que contemplem problemas reais vivenciados pelos alunos em seus postos de trabalho, beneficiando a comunidade ao aumentar a eficiência da administração pública.

A inserção da UEMS na sociedade constitui-se no fundamento da integração entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito institucional. A história da UEMS, ao longo de seus 29 anos, se baseia no compromisso com a melhoria da qualidade da educação superior e nas contribuições ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul, tornando-se um importante mecanismo de inclusão social através da oferta dos cursos de graduação, do desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas e de projetos de extensão em todas as regiões do estado. O suporte e apoio para essas linhas de formação social é priorizado pela instituição desde a sua criação, através de programas de bolsas para graduação (monitoria, projetos de ensino, iniciação à docência, iniciação científica e extensão), financiados por instituições estaduais e federais de fomento.

Desta forma, a matriz curricular do curso buscará a formação integral e adequada do aluno durante seu desenvolvimento formativo e, que esse processo de ensino, tendo como base os conhecimentos clássicos da profissão, deverá avançar, considerando a congruência entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A integração entre esses três campos potencializará a qualidade do ensino de graduação, e oferecerá à sociedade soluções para os problemas locais.

Essa integração é importante, pois uma profunda inserção junto à sociedade através das atividades de extensão é imprescindível para se conhecer a realidade enfrentada no contexto das instituições públicas, conseqüentemente, na busca por soluções através dos conhecimentos adquiridos no ensino e pesquisa.

Para tanto, a principal forma de proporcionar aos alunos condições necessárias para atender a estes objetivos, se dará através do incentivo à participação em atividades e eventos de pesquisa e extensão, em estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não-obrigatórios, além dos programas de monitoria, iniciação científica, extensão, entre outros.

5.1 Atividades de Ensino

As atividades de ensino serão desenvolvidas pelos docentes, compreendendo a elaboração e execução de projetos de ensino e programa de monitoria, com participação voluntária ou remunerada dos acadêmicos.

5.2 Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e Pesquisa

A participação em projetos de pesquisa e em programas de iniciação científica são de grande importância para a formação acadêmica e constituem pilares da UEMS. Neste contexto, considerando a disposição da matriz curricular, estágios e atividades complementares em relação a carga horária, permitirá a participação dos discentes em projetos de pesquisa e em programas de iniciação científica em suas diferentes modalidades. As atividades, além de serem realizadas na própria UEMS, poderão ser exercidas em parceria com outras instituições de ensino e pesquisa, bem como junto à organizações civis, instituições públicas e privadas e em parceria com as instituições públicas da região.

O curso estimulará os graduandos no envolvimento crescente com a atividade científica, desde a experiência na elaboração de projetos, sua possível execução, obtenção e divulgação dos resultados e, desta forma, cumprirá a importante missão social de formar recursos humanos qualificados, contribuindo para a solução dos problemas sociais, visto que, sempre que possível, os projetos de pesquisa serão articulados com os projetos de extensão e vice-versa.

A participação em atividades de iniciação científica como voluntário e a oferta de bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica da UEMS (PIC/UEMS) nas modalidades PIBIC/UEMS e PIBIC/CNPq, PIBIC-AAF e PIBITI, constituem excelentes oportunidades para que os graduandos se insiram nos projetos de pesquisa.

5.3 Atividades Acadêmicas de Extensão e Cultura

A extensão universitária, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, caracteriza-se por:

Atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 1-2).

No curso, a principal função da extensão é tornar disponível, diretamente à sociedade, o conhecimento gerado e, além disso, promover debates que estimulem as demandas da sociedade por um curso capaz de contribuir para a solução dos problemas relacionados às necessidades públicas local, regional e, por que não, nacional. Isso possibilita a extensão ser a atividade articuladora da pesquisa e do ensino no âmbito do curso. Para tanto, a extensão deverá ser prática presente nas disciplinas do curso, alimentando o debate educativo e propondo soluções. Tem como objetivo final a qualificação dos discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação às políticas públicas vigentes.

Outra forma de extensão desenvolvidas no curso, poderá ser por meio de programas, projeto, curso, evento, prestação de serviço, publicação e outros produtos acadêmicos inseridos nas áreas temáticas alinhadas com o Plano Nacional de Extensão Universitária, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão no âmbito da UEMS.

A UEMS, por meio da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC) possui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) que propicia aos alunos a oportunidade de obterem bolsas e, desta forma, desenvolverem suas atividades de extensão mediante a orientação de um docente, além do Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer (PIBCEL) que tem por objetivo estimular professores e técnicos a envolverem alunos de graduação nas ações voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes relacionadas especificamente às áreas de Cultura, Esporte e Lazer. O programa possibilita ao aluno novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos. Para os dois programas, através de editais específicos, os docentes da instituição podem submeter propostas de projetos de extensão, os quais preveem bolsas para estudantes integrantes destas propostas.

As atividades de extensão universitária serão incentivadas, através da participação dos alunos na organização de *workshops*, semana acadêmica, encontros científicos da UEMS, eventos regionais e nacionais.

A carga horária destinada às atividades acadêmicas de extensão do curso, correspondente ao total de 312 horas (374 horas aula), será cumprida ao longo das disciplinas de Projeto Integrador de Extensão I, na 1ª Série (102 horas aula), Projeto Integrador de Extensão II (136 horas aula), na 2ª Série, e Projeto Integrador de Extensão III, na 3ª Série (136 horas aula). A avaliação e acompanhamento das atividades de extensão, ocorrerá através dos planos e relatórios de extensão que compõem o plano de ensino das disciplinas e que serão apreciados em colegiado..

A carga horária das disciplinas extensionistas, poderá ser aproveitada via atividades de extensão PIBEX, desde que haja carga horária correspondente. Nesse caso, o projeto de extensão não poderá ser contabilizado em duplicidade, para fins de atividade complementar. A avaliação do aproveitamento, será feita pelo professor da disciplina e apreciada em colegiado de curso. Será incentivada a interdisciplinaridade para a definição das atividades de extensão, assim como, a participação de todos os docentes do curso para sua organização e efetiva realização. No início de cada ano serão definidas, através de reunião de colegiado, os projetos, cursos ou programas de atividades de extensão a serem desenvolvidas no respectivo ano, de acordo com a Instrução Normativa PROE-PROEC/UEMS nº. 001, de 21 de agosto de 2020, que regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020, acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação das atividades acadêmicas de extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado visa: a formação acadêmico-profissional do aluno; o fortalecimento dos espaços formativos; a inserção do aluno-estagiário na vida econômica, política, sociocultural da sociedade; a prática no processo ensino-aprendizagem; a integração da UEMS com os demais segmentos sociais.

Caberá a UEMS, a responsabilidade de celebrar e zelar pelo cumprimento do termo de compromisso com estagiário e a instituição concedente do estágio e que o acolherá, de avaliar as condições e instalações do lócus de estágio, orientar,

acompanhar e avaliar a elaboração e execução do plano de atividades do estagiário.

Os alunos serão assistidos e orientados pelos professores orientadores do curso, em seu período de estágio, pelo professor da disciplina de Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que se encarregará de organizar os documentos de estágio, e um profissional identificado na organização concedente.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado serão realizadas durante a 4ª Série do curso, por meio das pesquisas e práticas profissionais e seguirão as normas internas da UEMS.

Assim, Pesquisa e Estágio caminharão juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

O estágio curricular supervisionado totaliza 250 horas. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Bacharelado em Administração Pública.

De acordo com Art. 1º da Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre os estágios de estudantes:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, p.1).

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é considerado uma experiência pré-profissional mediante articulação teoria/prática, essencial na formação do aluno. Nesta atividade, o aluno passará um período aplicando os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na Universidade junto às condições dos futuros campos profissionais de trabalho, como em empresas públicas, autarquias, estatais, paraestatais e de economia mista, cooperativas, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas quais apresentem possibilidades de atuação relacionada à formação profissional e acadêmica, devidamente conveniadas. Além de estarem sujeitos ao regime disciplinar e de possuírem os direitos e deveres estabelecidos no Regimento Geral da UEMS, deverão, também, estarem sujeitos às normas que regem as instituições que se constituírem em campos de estágio.

O ECSO tem como objetivo proporcionar ao acadêmico, desde as etapas iniciais do curso, aprendizagem metodológica, prática e também teórica das mais diversas atividades inerentes à profissão. Proporciona o contato do profissional em formação com situações, contextos e sobre a prática do funcionamento das empresas e órgãos públicos, permitindo que conhecimento, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, capacitando o acadêmico para conviver, compreender e intervir na realidade de sua formação profissional, consolidando sua formação acadêmica, atendendo as diretrizes curriculares do Curso.

Com a realização de estágios curriculares supervisionados, além dos conhecimentos adquiridos, o aluno em formação propicia maior fluxo de informações, nos dois sentidos, entre a Universidade e a sociedade. De uma parte a comunidade se beneficia com a introdução e divulgação de novas tecnologias vindas do ambiente acadêmico, além da possibilidade do estagiário tornar-se conhecido pelas empresas empregadoras. Por outro lado, o estágio fora da Universidade pode constituir-se num excelente instrumento de retroalimentação do ensino, fornecendo subsídios para que os professores reajustem, caso necessário, seus planos de ensino à realidade dos sistemas produtivos.

Na realização do estágio o acadêmico permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada, supervisionadas por membros da instituição recebedora, nos quais procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. Neste sentido, o curso possui as seguintes modalidades de estágio: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com carga horária de 250 horas; e Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório com carga horária livre, que poderá ser realizado a qualquer momento a partir do ingresso no curso.

6.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso tem caráter curricular obrigatório para aprovação e obtenção do diploma, conforme cronograma aprovado pela Comissão de Estágio Supervisionado (COES) e Regulamento Geral dos estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato

Grosso do Sul. Esta modalidade de estágio proporciona a oportunidade do aluno estagiar por maior período, em empresas, cooperativas, centros de pesquisa, entre outros órgãos e instituições, assim definido na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágios de estudantes.

O ECSO envolve o estágio propriamente dito e a apresentação do respectivo relatório de estágio. A carga horária total do ECSO é de 250 horas, sendo integralizada via disciplina (136h/a) e demais atividades realizadas dentro e fora da universidade, de acordo com a legislação de estágio vigente. Além disso, de acordo com Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, experiências profissionais relacionadas ao curso poderão ser aproveitadas para compor o ECSO, cabendo à COES a análise e validação do aproveitamento para a aprovação no colegiado de curso e demais providências. A avaliação do ECSO se dará por meio da elaboração do relatório de estágio, submetido à avaliação pelo professor de estágio.

O professor da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado desenvolverá a função de Coordenador de Estágio, com as seguintes atribuições: esclarecer ao acadêmico os objetivos do ECSO, a forma de avaliação e as metodologias a serem empregadas; elaborar, em conjunto com o acadêmico, o plano de atividades; proceder ao acompanhamento contínuo do desenvolvimento do trabalho, bem como a execução do cronograma proposto; avaliar as condições do campo de estágio e orientar a redação do relatório final.

6.2 Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório (ECSNO) é uma atividade opcional, realizada em qualquer período do curso, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, regido pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e também pelo Regulamento de estágios da UEMS.

7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 160h– de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do

Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

Sua elaboração, cujo tema deverá ser definido pelo aluno, com o acompanhamento de um professor orientador, ou professora orientadora, deverá abranger assuntos relacionados à gestão pública. No TCC, o aluno deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração da modalidade definida. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos alunos. A defesa do trabalho será continuada, através de seminários apresentados pelos alunos, integrando as atividades nos encontros presenciais das disciplinas e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações. Caberá ao colegiado de curso elaborar e aprovar o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, com anuência da PROE.

8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem 300h da carga horária total do curso.

A oferta das atividades será de livre escolha de cada aluno, mediante regulamento próprio.

Quadro 1. Atividades Complementares

Atividades	Carga Horária Máxima
Grupo I – Atividades de Ensino	
Projetos de ensino	200
Ciclos de Palestras	100
Jornadas/Semanas Acadêmicas	100
Encontros Científicos	100
Disciplinas realizadas em outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso	100
Cursos (presenciais ou online)	100
Módulos Temáticos	100

Monitorias	100
Visitas Técnicas	100
Grupo II – Atividades de Extensão e Cultura	
Empresas Juniores	120
Projetos de extensão	200
Mostra Cultural	100
Viagens de Estudo	100
Oficinas de Extensão	100
Workshops	100
Congresso	100
Grupo III – Atividades de Pesquisa	
Núcleos de Estudos e de Pesquisas vinculados às áreas estratégicas do curso de Administração Pública	100
Encontros Científicos	100
Projetos de Iniciação Científica	200
Seminários	100
Grupos de Pesquisa	100
Oficinas de Pesquisa	100
Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil	
Participação em diretório acadêmico (DCE)	100
Participação em comissões/ comitês da UEMS	100
Participação em Centro Acadêmico (CA)	100
Participação em Grêmios Estudantil	100
Grupo V – Outras Atividades Práticas	
Atividades Voluntárias Desenvolvidas junto a Organizações Privadas, Públicas e Não Governamentais	120

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de

- Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
 - III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
 - IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

Nas disciplinas com carga horária à distância, para fins de registro e acompanhamento pedagógico pela Coordenadoria e demais instâncias universitárias, deverão ser ofertadas aos acadêmicos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

9.1 Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em quatro séries anuais e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC e ao Estágio Curricular Supervisionado
- II. Optativa – Linguagem Brasileira de Sinais - Libras
- III. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando,

conforme regulamento próprio da UEMS.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso está representada a seguir:

Quadro 2. Grupo 1 (Base comum que compreende os princípios da organização do PPCG – Formação Básica)

Disciplina	Carga Horária (hora-aula)
Ética, Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	34
Economia Brasileira e de Mato Grosso do Sul	68
Ciência Política	34
Direito Constitucional	68
Contextualização Econômica	136
Psicologia Organizacional	68
Comunicação, Expressão e Métodos	68
Sociologia Organizacional	68
Gestão e elaboração de Projetos	68
Elaboração de Trabalhos acadêmicos	68
Teorias da Administração	68
Total	748

Quadro 3. Grupo 2 (Núcleo que compreende os conteúdos específicos da área de formação do PPCG – Formação Profissional)

Disciplina	Carga horária (hora-aula)
Administração Pública Brasileira	68
Análise de Informações Qualitativas e Quantitativas em Administração	68
Controladoria e Auditoria	68
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	68
Cooperação Internacional	68
Criação de Indicadores na Administração Pública	68
Gestão de Custos na Administração Pública	68
Direito Administrativo	68
Estratégia nas Organizações Públicas	68
Estratégias e Políticas de Desenvolvimento de Territórios	68
Gestão de Pessoas no Setor Público	68
Gestão de Políticas Públicas	68
Gestão de Processos e Tomada de Decisão	68
Gestão Financeira e Análise de Investimentos	136
Governança e Conformidade no Setor Público	68
Inovação e empreendedorismo na Administração Pública	68
Licitação, Contratos e Convênios	68
Logística e Gestão do Patrimônio	68
Marketing no Setor Público	68

Negociação e Arbitragem	68
Orçamento Público	68
Temas Contemporâneos da Gestão Pública	68
Teoria das Finanças Públicas	68
Total	1632

Quadro 4. Matriz curricular –

Série	Disciplina	Total	Componente Curricular			Modalidade
			Teórica	Prática	Extensão	EAD
1ª	Teorias da Administração	68	68	0	0	24
1ª	Contextualização Econômica	136	136	0	0	48
1ª	Ética, Cidadania e Direitos Sociais na Gestão Pública	34	34	0	0	12
1ª	Psicologia Organizacional	68	68	0	0	24
1ª	Projeto Integrador de Extensão I	102	0	0	102	0
1ª	Administração Pública Brasileira	68	68	0	0	24
1ª	Ciências Política	34	34	0	0	12
1ª	Sociologia Organizacional	68	68	0	0	24
1ª	Comunicação, Expressão e Métodos	68	68	0	0	24
1ª	Inovação e empreendedorismo na Administração Pública	68	68	0	0	24
TOTAL		714	612	0	102	216
Série	Disciplina	Total	Componente Curricular			Modalidade
			Teórica	Prática	Extensão	EAD
2ª	Análise de Informações Qualitativas e Quantitativas em Administração	68	68	0	0	24
2ª	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	68	68	0	0	24
2ª	Teoria das Finanças Públicas	68	68	0	0	24
2ª	Gestão Financeira e Análise de Investimentos	136	136	0	0	48
2ª	Marketing no Setor Público	68	68	0	0	24
2ª	Projeto Integrador de Extensão II	136	0	0	136	0
2ª	Estratégias e Políticas de Desenvolvimento de Territórios	68	68	0	0	24
2ª	Gestão de Processos e Tomada de Decisão	68	68	0	0	24
2ª	Direito Constitucional	68	68	0	0	24
TOTAL		748	612	0	136	216
Série	Disciplina	Total	Componente Curricular			Modalidade
			Teórica	Prática	Extensão	EAD
3ª	Estratégia nas Organizações Públicas	68	68	0	0	24
3ª	Gestão de Pessoas no Setor Público	68	68	0	0	24
3ª	Logística e Gestão do Patrimônio	68	68	0	0	24
3ª	Gestão de Custos na Administração Pública	68	68	0	0	24
3ª	Projeto Integrador de Extensão III	136	0	0	136	0
3ª	Gestão e elaboração de Projetos	68	68	0	0	24

3º	Licitação, Contratos e Convênios	68	68	0	0	24
3ª	Economia Brasileira e de Mato Grosso do Sul	68	68	0	0	24
3ª	Gestão de Políticas Públicas	68	68	0	0	24
3ª	Negociação e Arbitragem	68	68	0	0	24
TOTAL		748	612	0	136	216
Série	Disciplina	Total	Componente Curricular			Modalidade
			Teórica	Prática	Extensão	EAD
4ª	Controladoria e Auditoria	68	68	0	0	24
4ª	Criação de Indicadores na Administração Pública	68	68	0	0	24
4ª	Governança e Conformidade no Setor Público	68	68	0	0	24
4ª	Direito Administrativo	68	68	0	0	24
4ª	Temas Contemporâneos da Gestão Pública	68	68	0	0	24
4ª	Estágio Curricular Supervisionado	136	0	136	0	0
4ª	Orçamento Público	68	68	0	0	24
4º	Elaboração de Trabalhos acadêmicos	68	68	0	0	24
4ª	Cooperação Internacional	68	68	0	0	24
TOTAL		680	544	136	0	192
TOTAL GERAL		2890	2380	136	374	840

Quadro 5. Disciplina Optativa

Disciplina Optativa	Carga horária	
	Horas/aula	Horas/Relógio
Língua Brasileira de Sinais - Libras	68	57

Quadro 6. Resumo da Organização Curricular

Componentes Curriculares	Carga horária	
	Horas/aula	Horas/relógio
Grupo 1	748	623
Grupo 2	1632	1360
Atividades Complementares	-	300
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	250
Trabalho de Conclusão de Curso	-	160
Creditação da Extensão	374	312
Disciplina Optativa – Libras	68	57
Total sem Libras		3005
Total com Libras		3062

9.2 Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional de Bacharelado em Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, a disciplina Temas

Contemporâneos na Gestão Pública, com a ementa a ser definida, e que tratem de questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO

Por se tratar da primeira oferta do curso na modalidade presencial, o PPC será implantado no ano letivo de 2023, com turma da primeira série iniciando neste período. A oferta será de forma gradativa.

Serão respeitados os critérios conforme estabelecidos no Regimento Interno dos cursos de graduação.

11. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (básica e complementar)

1ª SÉRIE – 1º Semestre

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Discutir a base epistemológica da administração e sua correlação com as evoluções e tendências de suas ferramentas técnicas.

EMENTA

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GURGEL, C.; RODRIGUEZ, M. V. R. Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria Geral da Administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, P. F. Introdução à Administração. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, J. B. História da Administração. 1.ed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, J.; WOOLDRIDGE, A. A Companhia: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, P. R. Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, M. D. de F. Fundamentos de Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA

136 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender o impacto das políticas econômicas no contexto socioeconômico nacional e de seus entes federativos de modo a pensar e planejar políticas públicas de forma coerente e interrelacionadas.

EMENTA

Princípios de Macroeconomia e Microeconomia. Política econômica. Balanço de Pagamentos. Taxas de câmbio e Regimes Cambiais. Políticas econômicas e análise de política econômica no modelo de oferta e demanda agregada. Princípios da economia do setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARIANO, J. Manual de Introdução à Economia: Adaptado à realidade socioeconômica brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PINHO, D.; VASCONCELLOS, M.A. e TONETO Jr. R. (orgs.) Manual de Economia: equipe de professores da USP. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WHEELAN, C. Economia: O que é, para que serve, como funciona. São Paulo: Zahar, 2018

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MANKIW, N, G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RODRIGUES, D.G. Introdução à economia monetária, ativos financeiros e sistema financeiro nacional. Independently Published, 2019.

VASCONCELLOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G. Manual de microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com 260 principais conceitos econômicos. São Paulo, Atlas, 2002.

ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

34 horas/aulas

OBJETIVO

Promover o conhecimento dos direitos humanos fundamentais, dos deveres e garantias constitucionais e aplicabilidade.

EMENTA

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, J. M. de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, P. A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SERRANO, P. J. Ética e Administração Pública. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.

SOLA, L.; LOUREIRO, M. R. (org.). Democracia, Mercado e Estado. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

68 horas/aulas

OBJETIVO

Afinar a capacidade interpessoal do aluno, levando-o a compreender a complexidade da psique humana e suas relações com a organização pública.

EMENTA

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BETIOL, M. I. S. (coord.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHANLAT, J. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E. B.; BASTOS, A. V. B. (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, C. W. Liderança: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, C. W.; CODA, R. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, C. A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, I.; COOPER, C. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, E. H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

PROJETO INTEGRADOR DE EXTENSÃO I

102 horas/aulas

OBJETIVO

Fomentar o desenvolvimento de atividades de extensão e cultura. Orientar e apoiar as atividades desenvolvidas pelos alunos. Creditar as atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária no currículo dos alunos

EMENTA

Integração disciplinar desenvolvida concomitantemente à disciplina em áreas de contexto econômico, ética, cidadania e direitos humanos, sociologia, psicologia, caracterizando ações integrativas ligadas à formação socioeconômica e cultural das sociedades. Planejamento, organização e execução das atividades de extensão e cultura focadas, preferencialmente, no aprimoramento da integração dos alunos matriculados na disciplina com a comunidade local e sua realidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. (documento eletrônico)

UEMS. Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (documento eletrônico).

UEMS. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Documentos e Publicações (documentos eletrônicos).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPEL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>

CRISTOFOLETTI E. G; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. (documento eletrônico)

THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003. 175.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

68 horas/aulas

OBJETIVO

Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas, contribuir com embasamento teórico e prático da Administração Pública Brasileira, para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

EMENTA

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e ninguentade. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, C. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, M. D. de F. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, P.; PINHO, J. A. (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, P. C. (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, A. P. P. de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

CIÊNCIA POLÍTICA

34 horas/aulas

OBJETIVO

Realizar uma aproximação com a análise, planejamento, implementação e controle de políticas públicas.

EMENTA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, J. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, J. U. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, R. S. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, E. L. Política: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

68 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar um panorama geral das consonâncias da sociologia aplicada a administração.

EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, R. Sociologia das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. C.; NEVES, J.; CAETANO, A. Manual de Psicossociologia das Organizações. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, J. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, A.; CRUZ JUNIOR, J. B. Repensando as organizações: da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, P.; LÚCIO, F. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, S. L. de. Sociologias das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E MÉTODOS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Entender a construção de argumentos sólidos para uma melhor comunicação considerando elementos metodológicos para fundamentação dos elementos comunicativos.

EMENTA

Elementos de comunicação. Argumentação. Afirmação, evidências e fundamentos. Qualidade de texto dissertativo. Tipos de conhecimentos científicos. Noções básicas de metodologia para confecção de textos e argumentos claros e confiáveis. Estruturação técnica de trabalhos científicos. Elaboração de relatórios. Normas e regras da ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46. ed. São Paulo: Ibpem Nacional, 2005.

MOYSÉS, C. A. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAULSTICH, E. L. J. Como ler, entender e redigir um texto. 17. ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2004.

KOCH, I. G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2001.

MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 1997.

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

68 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar aos futuros profissionais, conhecimentos específicos acerca dos conceitos de inovação, e ainda de seu contexto histórico ; aprimorar o conhecimento no que se refere a gestão da inovação nas organizações e da Inovação no ambiente da gestão pública; explanar sobre os fatores facilitadores e limitadores da inovação e a difusão de inovações, compreender a dinâmica da inovação nos serviços e a disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências. Possibilitar ao aluno exercer a gestão

de empreendimentos através do conhecimento e aplicação de atitudes empreendedoras no setor público.

EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências. Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intra Empreendedor e Empreendedor estratégico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORAL, E.; OGLIARI, A.; ABREU, A. F. de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, P. N. Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANDEIRA, C. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

DORNELAS, J. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DUBOIS, R.; LINS, J. (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

HERMANN, I. L. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

JACOBI, P.; PINHO, J. A. (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, P. C. (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, P. R. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, L. G. de; SANTANA, R. L. F. de; GOMES, V. C. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

2ª SÉRIE**ANÁLISE DE INFORMAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS EM ADMINISTRAÇÃO****68 horas/aulas****OBJETIVO**

Fornecer orientação para tratamento de dados qualitativos e quantitativos. Utilizar técnicas de análise e tratamento de dados e informações qualitativas e quantitativas para dar suporte aos processos de tomada de decisões gerenciais.

EMENTA

Estudo de problemáticas organizacionais e relacionadas à administração pública para resolução de problemas específicos. Preparação de dados e informações para análises para tomada de decisão. Levantamento de dados qualitativos e quantitativos. introdução ao método estatístico. População e amostra. Representação tabular. Frequência absoluta e relativa. Medidas de tendência Central. Medidas de Dispersão. Estatística descritiva. Escalas qualitativas e quantitativas de mensuração. Análises quantitativa de dados para alicerçar os processos decisórios. Análises qualitativa para suporte aos processos de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HAIR JR., J. F. *et al.* Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAPPONI, J.C. Estatística usando o Excel. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOTELHO, D.; ZOUAIN, D. M. (org.). Pesquisa quantitativa em administração. São Paulo: Atlas, 2006.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas. 1995.

HUSSEY, R.; COLLINS, J. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SARTORIS NETO, A. Estatística e introdução à econometria. São Paulo: Saraiva, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Conceituar contabilidade pública e conhecer sua importância, enquanto ferramenta de controle do patrimônio público, no processo de planejamento governamental. Descrever orçamento público. Conhecer receita e despesa no orçamento público. Identificar etapas do ciclo do orçamento público.

EMENTA

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de Finanças Públicas. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, P. H. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., A. C. C. d'Ávila; FEIJÓ, P. H. Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, P. H.; CARVALHO JUNIOR, J. P. de; ALMEIDA, F. C. C.; SANTOS, V. M. dos; BARBOSA, D. D.

Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, P. H.; CARVALHO JÚNIOR, J. P. de; RIBEIRO, C. E. R. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, P. H.; RIBEIRO, C. E. I.; CARVALHO JUNIOR, J. P. Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar o conhecimento das peculiaridades do planejamento e gestão de finanças públicas instrumentalizando o aluno para a análise e planejamento financeiro.

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. D. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, J. Finanças Públicas e Política Pública. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, F. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, F.; CUNHA, A. (org.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, H. S.; GAYER, T. Finanças Públicas. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

GESTÃO FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO

136 horas/aulas

OBJETIVO

Entender e aplicar resultados associados aos sistemas de capitalização simples e

composto, tais como, taxas de juros, descontos, sistemas de amortizações, fluxos de caixa e operações. Desenvolver a capacidade de analisar e interpretar a situação econômica e financeira das organizações, bem como avaliar os resultados decorrentes de sua operacionalização e da realização de investimentos, de modo a auxiliar a tomada de decisões quanto ao desempenho e à utilização de recursos financeiros;

EMENTA

Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Fundamentos de investimentos de capital. Séries não homogêneas. Sistemas de amortização de dívidas. Equivalência de fluxos de caixa. Critérios de análise de investimentos: *payback*, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Introdução a análise de títulos. Introdução à análise de projetos de investimentos. Função financeira. Demonstrações Financeiras. Análise Econômica Financeira. Administração de Capital de Giro. Fontes de Financiamento. Custos e Estruturas de Capital. Análise do Ponto de Equilíbrio. Alavancagem Operacional e Financeira. Análise de Investimento. Mercados de Capital. Orçamento.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.
- GITMAN, L. J. Princípios da administração financeira. 14^a ed. São Paulo: Harper e How do Brasil, 2017.
- MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BRUNI, A. L.; FAMA, R. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. Administração de capital de giro. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKKE, B. H. Análise de investimento: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- DI AUGUSTINI, C. A. Capital de giro: análise de alternativas e fontes de financiamento. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARKETING NO SETOR PÚBLICO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender os conceitos de marketing aplicados ao setor público tendo o atendimento ao cidadão como fim.

EMENTA

Conceito de marketing e administração de marketing. Marketing público. Composto de marketing. Marketing de organizações e serviços públicos. Marketing social. Marketing de lugares. Estratégia de marketing no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEZAR, L.C. Comunicação e marketing no setor público. Brasília: ENAP, 2019.

FROEMMING, L.M. Marketing Público. Ijuí: Ed.Unijuí, 2009.

KOTLER, P. Administração de Marketing. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COBRA, M. Administração de Marketing. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. Marketing básico: uma perspectiva brasileira. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIES, A.; TROUT, J. Marketing de guerra. 31 ed. São Paulo: Makron Books, 1989.

_____. Marketing de guerra 2: a ação. 13 ed. São Paulo: Makron Books, 1990

PROJETO INTEGRADOR DE EXTENSÃO II

136 horas/aulas

OBJETIVO

Fomentar o desenvolvimento de atividades de extensão e cultura. Orientar e apoiar as atividades desenvolvidas pelos alunos. Creditar as atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária no currículo dos alunos

EMENTA

Integração disciplinar partindo de uma formação socioeconômica e cultural para concepções aplicadas à área de gestão com foco em finanças, marketing, políticas de desenvolvimento e gestão de processos. Planejamento, organização e execução das atividades de extensão e cultura focadas, preferencialmente, no aprimoramento da integração dos alunos matriculados na disciplina com a comunidade local e sua realidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. (documento eletrônico)

UEMS. Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (documento eletrônico).

UEMS. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Documentos e Publicações (documentos eletrônicos).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>

CRISTOFOLETTI E. G.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão*, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. (documento eletrônico)

THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003. 175.

ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Familiarizar os alunos com as teorias e estratégias de desenvolvimento regional com a finalidade de indicar possíveis utilizações para aplicação no campo da gestão pública.

EMENTA

Desenvolvimento e contextualização espacial: território, região e localidade. Teorias do desenvolvimento regional. Desenvolvimento, instituições e cultura. Desenvolvimento e o ecossistema (meio ambiente, sociedade e desenvolvimento). Enfoques do desenvolvimento (decolonialismo, reciprocidade e mutualismo, inovação, sistemas agroflorestais e agroalimentares, etc.). Dinâmica e estratégias de desenvolvimento de territórios. Planejamento territorial e políticas públicas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DALLABRIDA, V. R. *Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba: CRV, 2017.

MANSUR, C. e THEIS, I. (orgs.) *Desenvolvimento regional: abordagens*

contemporâneas. Blumenau: EDIFURB, 2009.

SILVEIRA, R. L. e FELIPPI, A.C.(Orgs.) Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUM, A. K. e MOURA, A. P. (orgs.) Instituições e economia brasileira: uma perspectiva teórica, econômica e histórica sobre o atraso econômico. Curitiba: Íthala, 2015.

PAULA, A. de. Piotr Kropotkin e o Apoio Mútuo: A solidariedade enquanto substrato fundamental da Natureza e da Sociedade. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu*, v.5, n.2, p.09-26, jul./dez. 2016.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C.O e BUSON, C. Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. *Profanações*. v. 7 n. Ed. esp. Dossie: Temáticas Transversais do Desenvolvimento, 2020.

TOMAZZONI, E. L. Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GESTÃO DE PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Desenvolver uma abordagem gerencial que considere as atividades de gerenciamento de processos como instrumentos facilitadores na tomada de decisões, de sua operacionalização e de seu controle e avaliação nas instituições públicas; Aprimorar o conhecimento das teorias e processos de tomada de decisão, explanar sobre desenho e fluxo de sistemas e as formas de operacionalização e integração; desenvolver a capacidade de analisar e interpretar o papel dos sistemas de informação e da ética no processo decisório na gestão pública; conhecer os desafios na gestão da informação no setor público.

EMENTA

Visão geral da gestão de processos. Conceitos e definições da área. Hierarquia e tipologia de processos. Visão funcional e visão de processos. Definição dos processos do negócio. Estrutura organizacional e física. Fluxo produtivo e fluxo de informações. Layout. Controles em processos. Gestão da qualidade e Inovação em gestão de processos. Metodologias para análise e redesenho de processos. Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração.

Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, T. Sistemas, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2003.

D'ASCENÇÃO, L. C. Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAUJO, L. C. G. Gestão de Processos: Melhores resultados e excelência organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COLENGHI, V. O&M e qualidade total: uma integração perfeita. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

CRUZ, T. Workflow: a tecnologia que vai revolucionar processos. São Paulo: Atlas, 2000.

CURY, A. Organização e métodos: uma visão holística. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

DIREITO CONSTITUCIONAL

68 horas/aulas

OBJETIVO

Estudar os princípios constitucionais do Estado democrático que presidem à regulação técnica das instituições políticas, jurídicas e sociais do nosso sistema constitucional; Introduzir o aluno nos parâmetros do direito público interno, permitindo não só a compreensão dos princípios e das regras jurídico-constitucionais, mas também, a identificação do Estado Brasileiro, na sua organização atual, incluindo a administração pública e no funcionamento das suas leis e instituições políticas.

EMENTA

Estrutura e organização do Estado Brasileiro. A federação. A república. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Presidente da República. Processo Legislativo. Congresso Nacional. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35ª ed. SP: Malheiros, 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 15ª ed. SP: Saraiva, 2022.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 13ª ed. Salvador: JusPodium. 2021.

TAVARES. André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 19ª ed. SP: Saraiva, 2021..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANOTILHO, J.J.G. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª. ed. Coimbra: Almedina, 2022.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional - controle de constitucionalidade e remédios constitucionais. 8ª.ed. SP: RT, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, Curso de Direito Constitucional. 16ª ed. SP: Saraiva, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MOTIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. SP: Saraiva, 2021.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma nova crítica do Direito. 6ª edição, RJ: Forense, 2019.

3ª SÉRIE

ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender que o planejamento estratégico é um instrumento formal e uma função administrativa à disposição do gestor público para racionalizar as incertezas do ambiente e permitir orientação e direcionamento com vistas a otimizar o desempenho dos bens e serviços ofertados aos cidadãos e o consequente cumprimento dos objetivos organizacionais.

EMENTA

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MOORE, M. H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANSOFF, H. I.; DECLERK, R. P.; HAYES, R. L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. E. (org.). Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., A. A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, J. E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Preparar o aluno para o desafio da liderança e gestão das pessoas na administração pública, tornando-o apto a atender as exigências da legislação e produtividade do setor.

EMENTA

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, P. D. B. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. de S.; BERGUE, S. T. (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, L. C. G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, G.; SHERMAN, A.; SNELL, S. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, G. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, P. M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

LOGÍSTICA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Ampliar a visão da importância, para a organização, da cobertura dos serviços públicos otimizando recursos e reduzindo custos. Possibilitar o desenvolvimento de uma visão ampla a respeito da necessidade de identificar e organizar adequadamente os materiais e os bens do patrimônio da organização visando a sua correta utilização, permitir que todos conheçam os sistemas de controle de estoques e suprimentos, visando à maximização da qualidade na prestação dos serviços públicos internos e externos.

EMENTA

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio. Princípios, técnicas e metodologias de administração de recursos patrimoniais e materiais apropriados às especificidades das organizações públicas e correlatas e de acordo com critérios de eficiência econômica e sustentabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FRITZSIMMONS, J. A.; FRITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, P. S. Administração de materiais. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, J. J. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

68 horas/aulas

OBJETIVO

Levar o aluno a compreender a importância da gestão de custos no setor público para fins de consolidar o uso das informações geradas tanto para os processos de tomada de decisão, quanto na melhora na qualidade dos gastos públicos e na prestação de contas públicas.

EMENTA

Contabilidade gerencial e contabilidade de custos. Conceitos sobre custos e sistemas de informações gerenciais. Importância da contabilidade de custos na tomada de decisão. Desenvolvimento da contabilidade de custos no âmbito da administração pública. Uso da informação de custos na legislação brasileira. Classificação dos custos. Sistemas de apuração de custos no setor público. Métodos de custeio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2019.

Mauss, César Volnei; Souza, Marcos Antônio. Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Inclui 12 Casos de Aplicação Prática de Mensuração de Custos e Resultados em Entidades Públicas. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2022

PINTO, Alfredo. A. Et al. Gestão de custos. 4.ed. Rio de Janeiro:FGV, 2018.MAUSS, César Volnei; Souza, Marcos Antônio. Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Inclui 12 Casos de Aplicação Prática de Mensuração de Custos e Resultados em Entidades Públicas. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR

LEAL, José V. Custos Públicos. Editora: José Vanderlei Leal, 2020.

MACHADO, N. e HOLANDA, V. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o

setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. RAP – Revista de Administração Pública. P.791-820. Jul./Ago., 2010.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS – SIC. PORTARIA Nº 716, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 (DOU 25/10/2011) Dispõe sobre as competências dos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

VICECONTI, Paulo e NEVES, Silvério. Contabilidade de custos. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PROJETO INTEGRADOR DE EXTENSÃO III

136 horas/aulas

OBJETIVO

Fomentar o desenvolvimento de atividades de extensão e cultura. Orientar e apoiar as atividades desenvolvidas pelos alunos. Creditar as atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária no currículo dos alunos

EMENTA

Integração disciplinar alicerçada na formação sociocultural e nas estruturas de gestão com foco em temas de organizações públicas, projetos, logística, economia regional, negociação e políticas públicas. Planejamento, organização e execução das atividades de extensão e cultura focadas, preferencialmente, no aprimoramento da integração dos alunos matriculados na disciplina com a comunidade local e sua realidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. (documento eletrônico)

UEMS. Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (documento eletrônico).

UEMS. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Documentos e Publicações (documentos eletrônicos)

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>

CRISTOFOLETTI E. G; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. (documento eletrônico)

THIOLLENT, M.; CASTELO BRANCO, A. L.; GUIMARÃES, R. G. M.; ARAÚJO FILHO, T. (Orgs.) Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ/SR5, 2003. 175.

GESTÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Introduzir e preparar o aluno para a prática e poder da gestão por projetos nas organizações públicas.

EMENTA

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CLEMENTE, A. (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTADOR, C. R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, R.; BRANCO, R. H. F. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REBECHINI JR., R.; CARVALHO, M. M. de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CLEMENTS, J. P.; GIDO, J. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

THIRY-CHERQUES, H. R.; PIMENTA, R. da C. Gestão de Programas e Projetos Públicos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

PRADO, D. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

68 horas/aula

OBJETIVO

Compreender o contexto social e as normas jurídicas que balizam as contratações públicas de obras, serviços e de compras de materiais pela administração pública brasileira.

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ECONOMIA BRASILEIRA E DE MATO GROSSO DO SUL

68 horas/aulas

OBJETIVO

Possibilitar uma ampla visão da evolução e atualidade da economia brasileira aprimorando sua competência analítica bem como a do estado sul-matogrossense.

EMENTA

Formação econômica do Brasil. Brasil rural ao industrial. Planejamento governamental no Brasil. Inflação. Câmbio. Política fiscal no Brasil. Distribuição de Renda no Brasil. Setor externo. Brasil contemporâneo. Desindustrialização. Perspectiva histórica da formação econômica do território mato-grossense. Os ciclos econômicos. Mato Grosso do Sul e a divisão internacional e nacional do trabalho. O planejamento e o processo de industrialização no MS.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B. de; VILLELA, A.; HERMANN, J. (org.). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, J. M.; M., R. M. (org.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, M. de P. (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, C. J. C. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (org.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva. 2011.

WERNER, B. A economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar os fundamentos para análise, planejamento e implementação de políticas públicas, preparando o aluno para o desafio de gerir a multiplicidade de suas aplicações e efeitos.

EMENTA

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, C. A. P. de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE M.; MARQUES, E. (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, C. W.; COÊLHO, D. B.; MELO, M. A. (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

68 horas/aulas

OBJETIVO

Apresentar as alternativas de negociação e resolução de conflitos por meio de negociação proporcionando uma visão moderna das ferramentas de arbitragem.

EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, E. do; ANDRADE, G. M. de; ARAÚJO, J. V. de; KNUST, M. Negociação e administração de conflitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, J. A.; MANNHEIMER, S. N. Novos temas de arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, F. M.; SPENGLER NETO, T. (org.). Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, R. P. Medição e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, F. J. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, R. H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, J. C. Negociação. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, C. A. de; LORENCINI, M. A. G. L.; SILVA, P. E. A. de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, L. A. Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

4ª SÉRIE

CONTROLADORIA E AUDITORIA

68 horas/aulas

OBJETIVO

Capacitar o aluno a compreender a controladoria e auditoria e seus instrumentos na administração pública estabelecendo marcos cognitivos fundamentais para a conduta proba do aluno.

EMENTA

Probidade administrativa. Princípios e sistemas de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Conceito, funções e atribuições de controladoria. Pilares da controladoria. Sistemas de controle gerencial. Estruturas organizacionais de controle. Controladoria e Gestão Financeira. Análise de relatório de desempenho financeiro. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatórios de Auditoria.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE, C. Controladoria estratégica e operacional – 3ª edição. Cengage Learning, 2012. Morante, Antônio Salvador. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

PETER, Maria da Glória Arrais; Machado, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, I. Auditoria Governamental: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

COURA, B; BERMUNDO, V. . Controladoria. Editora FGV; 1ª edição, 2018.

CRUZ, F. da; GLOCK, J. O. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), referenciais editados de 2015 a 2019: ; NBASP – nível 1, Institucional dos Tribunais de Contas; NBASP – nível 2, Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional. NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade

PETER, M. da G. A.; MACHADO, M. V. V. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CRIAÇÃO DE INDICADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

68 horas/aulas

OBJETIVO

Entender a importância de construir um sistema de gestão suportado por indicadores para melhorar o desempenho da administração pública. Discutir os principais atributos de um sistema de medição de desempenho com base em indicadores. Desenvolver indicadores para um sistema de gestão público. Análise de indicadores para gestão de políticas e acompanhamento de ações governamentais.

EMENTA

Conceito e função dos indicadores. Uso de indicadores na gestão pública. Construção de um sistema de indicadores para medição de desempenho na administração pública. Estatística aplicada para construção de indicadores. Sistema Estatístico Nacional e as principais fontes de dados e pesquisas econômicas, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

A COSTA, F. M. da. Estatística. Belém: UEPA / Centro de Ciências Sociais e Educação, 2011.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001.

_____, CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005

UCHOA, C. E. Elaboração de indicadores de desempenho institucional. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESPO, A. Estatística Fácil. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SARTORIS NETO, A. Estatística e introdução à econometria. São Paulo: Saraiva, 2003.

SCANDAR NETO, W.J.; JANNUZZI, P.M. e SILVA, P.L.N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.17, nº 4, pp 271-297, jan./mar. 2008.

TAKASHINA, N. T.; FLORES, M. C. X. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GOVERNANÇA E CONFORMIDADE NO SETOR PÚBLICO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender que a governança deve ter associação com valores e princípios sociais e comunitários considerando condutas condizentes com propósitos sociais.

EMENTA

Conceituação de governança no setor público. Liderança, direcionamento e monitoramento da gestão. Responsabilidades inerentes ao estabelecimento de políticas e resultados. Sistema estrutural de poder. Estratégias de governança. Controle e Gestão de riscos. Auditoria e prestação de contas. Mapeamento de riscos de conduta. Plano de ação de condutas éticas em conformidade com valores sociais. Regras de conduta e desenvolvimento de pessoas. Monitoramento de condutas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALTOUNIAN, C. S. et al. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

ASSI, M. Governança, Riscos e Compliance: Mudando a Conduta nos Negócios. Saint Paul Editora, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

PAULA, A. P. de. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PASCARELLI FILHO, M. A Nova Administração Pública: Profissionalização, Eficiência e Governança. São Paulo: DVS, 2011.

DIREITO ADMINISTRATIVO

68 horas/aulas

OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os princípios e sistemas norteadores do Direito Administrativo; Estudar a estrutura da Administração e os diversos institutos do Direito Administrativo; Viabilizar ao aluno uma visão macro e micro do funcionamento do aparelho estatal.

EMENTA: Introdução ao Estudo do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Princípios. Administração Pública. Autarquias e seus regimes jurídicos. Sociedade de Economia Mista e seus regimes jurídicos. Empresas Públicas e Fundações Governamentais. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Prestação Centralizada e Descentralizada de Serviços Públicos. Concessões e Permissões de Serviço Público e seus regimes jurídicos. Licitação. Desapropriação. Controle da Administração. Discricionariedade e Legalidade. Controle Judicial. Responsabilidade do Estado por Atos Administrativos. Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Bens Públicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIGUEIREDO, Lucia Vale. Curso de Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 14. ed. São Paulo: RT, 2010..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRETELLA JUNIOR, José. Prática de Processo Administrativo. 7. ed. São Paulo: RT, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2000.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo, Saraiva, 2021.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEMAS CONTEMPORANEOS NA GESTÃO PÚBLICA**68 horas/aulas****OBJETIVO**

Discutir temas de relevância para a administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções, apresentando as diferenças fundamentais entre a administração geral e pública.

EMENTA

Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares relevantes e contemporâneos na área da Administração Pública.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

136 horas/aulas

OBJETIVO

Promover a integração do aluno com as organizações públicas, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico, (teoria e prática) permitindo-lhe conviver, pesquisar, diagnosticar e até propor alternativas de modificações e ou de soluções para os problemas observados na realização do estágio e com a devida sustentação teórica.

EMENTA

Atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao administrador em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional. Normas de Elaboração do Relatório de Estágio de acordo com a ABNT e normas específicas do curso. Acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular. Código de Ética do Administrador.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 267, de 29 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno, dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 289, de 30 de outubro de 2018. Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

UEMS. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração Pública.

UEMS. Instrução Normativa PROE-UEMS Nº 004/2013, de 10 de janeiro de 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Manual do administrador: guia de orientação profissional. Brasília, 2006.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos,

projetos de pesquisa, dissertações, cinquenta resumos de dissertações. São Paulo: Atlas, 2005.

ORÇAMENTO PÚBLICO

68 horas/aulas

OBJETIVO

Preparar o aluno para o planejamento e execução considerando as exigências legais e técnicas do orçamento público.

EMENTA

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, E. C. P. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, p. 5-15, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORE, F. G.. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA

FREITAS, M. S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, R. C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, F.; CUNHA, A. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Discutir temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional, frente as suas realidades e serem pesquisadas no TCC do aluno.

EMENTA

Seminário presencial para discussão de temas interdisciplinares de interesse regional ou que tenham sido desenvolvidos no âmbito da UEMS em consonância com o tema da administração pública despertando a curiosidade e criatividade dos alunos em torno de seus diagnósticos e soluções.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAHEL, M. NEVES, J.A.B. [org.] Gestão e avaliação das políticas sociais no Brasil Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] CAPES : UAB, 2009.

BORGES, F.F. Intervenção Estatal na Economia: O Banco Central e a Execução das Políticas Monetária e Creditícia. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010

ERDMANN. R.H. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. FILHO PARENTE, J. Gestão da Qualidade no Setor Público. Texto para Discussão no. 237. Rio de Janeiro: novembro 1991

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FUNDAÇÃO DODESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. Grupo de Economia. Boletim de Economia [7]: Conjuntura econômica em foco. São Paulo: Fundap, Setembro, 2011

GENTIL, D. L.; MICHEL, R. Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 14. Brasília: Ipea, 2009.

INSTITUTODE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, v1, capítulo 1, Brasília: IPEA, 2010.

MOREIRA, T. B. S.; CARVALHO JR., A.C.C. A. Interação entre as políticas fiscal e cambial no Brasil: Um enfoque sobre a consistência das políticas. Economia e Desenvolvimento. V.12, no 1, Recife: 2013.

SERRANO, F. Política Macroeconômica e Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Orgs.). Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e desenvolvimento. Capítulo 13. Brasília: Ipea, 2009.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

68 horas/aulas

OBJETIVO

Conhecer e aprofundar a temática da cooperação internacional, seus arranjos e atores no Sistema Internacional.

EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICÚPERO, R. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, G. M. A. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, R. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, R. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introdução às relações internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, A. C.; VIDIGAL, C. E.; DORATIOTO, F.; OLIVEIRA, H. A. de. História das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, W.; XAVIER, M.; RODRIGUES, G. (org.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.

LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

68 horas/aulas

OBJETIVO

Compreender os mecanismos de conversação da Língua Brasileira de Sinais de forma contextualizada. Utilizar sinais básicos para comunicação e interação com o aluno surdo. Conhecer as bases linguísticas e legais que fundamentam a LIBRAS,

enquanto língua oficial do país..

EMENTA

Organização linguística da LIBRAS para uso em diversas situações sociais: vocabulário básico com ênfase na conversação. Vocabulários específicos da área de atuação. Aspectos gramaticais da Língua brasileira de sinais. O sujeito surdo e sua cultura. O bilinguismo na educação dos surdos. A atuação do intérprete de língua de sinais em diferentes situações sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERNANDES, Eulália. Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2014. VILHALVA, Shirley. O Despertar do Silêncio. Rio de Janeiro: Arara Azul. 2012..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, C. B. F de; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação dos surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2014

SKILAR, C. (Org.). A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SACKS, O. Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

12. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG

12.1 Legislação Geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

12.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

a) Decreto Estadual nº. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação CEE/MS nº 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

e) Decreto nº. 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

f) Resolução COUNI-UEMS nº. 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução COUNI-UEMS nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

12.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação

a) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.

b) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.

c) Parecer CNE/CP nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

d) Resolução CNE/CP Nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

e) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

f) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.

g) Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a

Educação em Direitos Humanos.

h) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

12.4 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

a) Parecer CNE/CES nº. 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

b) Parecer CES/CNE nº. 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

c) Resolução nº. 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

d) Resolução CEPE-UEMS nº. 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução CEPE-UEMS nº 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução nº 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.

h) Instrução Normativa PROE-UEMS nº 07, de 8 de abril de 2004 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatórios de Autoavaliação dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

i) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

j) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.

k) Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.

l) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

m) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, homologada

pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.

n) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº309, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

o) Instrução Normativa Conjunta Normativa Conjunta PROE-PROEC/UEMS N. 1, de 21 de agosto de 2020. Regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020 acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

p) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

q) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

12.5 - Legislação Federal sobre os cursos de Administração

a) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;

b) Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

c) Parecer CNE/CES n.067, de 11 de março de 2003, que dispõe o referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação

d) Parecer CNE/CES n.134, de 04 de junho de 2003, que dispõe para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração

e) Parecer CNE/CES n. 023, de 03 de fevereiro de 2005 – retificação da Resolução CNE/CES n.01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

f) Resolução CNS/CES n.04, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

g) Lei n.11788, de 28 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio e dá outras providências

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006.

_____. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio de 2000.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104-251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano

Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: mar. 2016.

_____. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: fev. 2015.

_____. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: fev. 2015.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na ótica da Exclusão. In Marchesi, Álvaro; Gil, Carlos Hernandez. (Org.). **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. v. 1. Porto Alegre: ARTMED, 2004. p.48-65.

GOMES, Márcia Bueno. O direito público subjetivo à educação na ação normativa de Mato Grosso do Sul. In: **9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro Oeste**, 2008, Taguatinga, DF. Educação: tendências e desafios de um campo em movimento. Taguatinga, DF: UCB, 2008. p. 1117-1130.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [s.d.]. Disponível em: www.ibge.gov.br/sidra. Acesso em: 23 setembro 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p.5-23, abr. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2007.

PALUMBO, Dennis. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda C. B. Machado de (Org). **A avaliação e a**

formulação de políticas públicas em educação: leituras complementares. Brasília: MEC/UnB, 1998. p. 35-62.

KAWASAKI, C. S. **Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária.** *Revista da Faculdade de Educação.* v. 23 n. 1-2, São Paulo, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul. **MS 2020:** cenários e estratégias de longo prazo para Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Prodasul, 2000. 73p.

SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul:** Regiões de Planejamento. Campo Grande: Governo do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. 91p.

SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. [s.d.]. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br>. Acesso em: 25 setembro 2020.

UEMS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Perfil.** 2019. Disponível em: <http://www.uems.br/perfil>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. **Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, de 30 de outubro de 2018.** Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-09-23_09-29-37.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019.** Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-07-12_09-55-28.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.